

Promoção do desenvolvimento integral na Primeira Infância:

organização de espaços seguros
no contexto de desastres climáticos

junho de 2024



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE

Governador

Eduardo Leite

Vice-Governador

Gabriel Souza

Organização

Comitê Estadual Intersectorial pela Primeira Infância

Fundo das Nações Unidas para a Infância

Rede Estadual pela Primeira Infância

Elaboração

Gabinete do Vice-Governador - Gabinete de Projetos Especiais

Antonio Paulo Cargnin

Clóvis Garcez Magalhães

Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social

Kênia Margareth da Rosa Fontoura

Marcelli Parlatto Kihs Fromming

Secretaria Estadual da Saúde

Alneura Ana Provenzi

Carolina de Vasconcellos Drügg

Luiza Campos Menezes

Marília Pinto Bianchini

Secretaria Estadual da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

Clarissa da Silva de Paula

Juçara Lucília Coavilla Vendrusculo

Secretaria Estadual de Sistemas Penal e Socioeducativo

Cátia Lara Martins

Rede Estadual pela Primeira Infância

Angelita Herrmann

Gabriela Dal Forno Martins

Juliana Tonin

Rosane Rossini

Fundo das Nações Unidas para a Infância

Luciana Phebo

Maira Da Silva Souza

Daniela Brum Da Silva

Gerson Da Costa Filho

Cynthia Elena Ramos

Corinne Sciortino

Ana Carolina Costa Castro

Carolina Helena Micheli Velho

Ana Carolina Fonseca

Ester Correa Coelho

Tila Galantini De Souza

Diagramação

Luiza Campos Menezes



Sumário

<u>APRESENTAÇÃO</u>	2
<u>ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS SEGUROS PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DAS CRIANÇAS</u>	3
<u>Modelo de cuidado e princípios para a organização dos espaços</u>	4
<u>Contato inicial com os alojamentos temporários, centros humanitários, crianças e suas famílias</u>	6
<u>Oportunidades de aprendizagem</u>	8
<u>Organização do espaço físico e de rotinas para o brincar</u>	9
<u>Responsáveis pela mediação das brincadeiras</u>	12
<u>Apoio para garantir o direito ao acesso à escola</u>	13
<u>Cuidados responsivos: apoio e participação das famílias e cuidadores</u>	14
<u>Proteção e segurança</u>	16
<u>Medidas de segurança</u>	17
<u>Prevenção de acidentes</u>	18
<u>Prevenção e enfrentamento às violências</u>	19
<u>Procedimentos diante de relato espontâneo de violência contra crianças</u>	20
<u>Promoção da saúde, alimentação e nutrição</u>	23
<u>Alimentação e nutrição</u>	24
<u>Prevenção em saúde</u>	25
<u>Saúde emocional</u>	26
<u>MATERIAIS E BRINQUEDOS PARA COMPOR OS ESPAÇOS SEGUROS</u>	28
<u>Materiais lúdicos e didáticos</u>	29
<u>Mobiliário e materiais para compor o espaço de amamentação</u>	31

APRESENTAÇÃO



Esta Nota Técnica foi construída com o objetivo de orientar gestores, profissionais e voluntários na organização de **espaços seguros para o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância em alojamentos provisórios e centros humanitários** que acolhem famílias desalojadas em virtude das situações de emergência e desastre natural que acometem o Estado do Rio Grande do Sul.

Foi elaborada em conjunto pelo [Comitê Estadual Intersectorial pela Primeira Infância](#) (CEIPI RS), [Rede Estadual pela Primeira Infância](#) (REPI RS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), tendo como base a legislação de proteção à criança, as experiências e normas nacionais e internacionais em contextos semelhantes e a escuta de trabalhadores e voluntários com atuação em alojamentos temporários.

Os referidos espaços são ambientes a serem estruturados dentro dos alojamentos provisórios e centros humanitários de acolhimento com o propósito de fornecer suporte às crianças e suas famílias, por meio de ações e serviços integrados de saúde, assistência social, proteção e educação, com vistas à promoção do desenvolvimento integral da criança. Trata-se de uma iniciativa que concorre para tornar o ambiente mais acolhedor, saudável, protetivo e oportuno para o brincar e o aprender - representando uma importante estratégia de preservação dos direitos da criança. Embora as orientações estejam centradas no cuidado das crianças menores de 6 anos e suas famílias, considera-se que a adoção das medidas apresentadas neste documento contribuem para o bem estar e o desenvolvimento das crianças nas demais idades.

ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS SEGUROS PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DAS CRIANÇAS



Modelo de cuidado e princípios para organização dos espaços

Os primeiros anos da vida constituem-se como uma janela de oportunidades para a saúde, o aprendizado, o desenvolvimento e o bem-estar social e emocional das crianças. As experiências de cuidado e aprendizagem vivenciadas nesse período são capazes de influenciar todas as demais etapas da vida. Portanto, é fundamental que as crianças cresçam em ambientes capazes de proporcionar seu desenvolvimento integral, por meio de cuidados parentais positivos, redes comunitárias de apoio e serviços qualificados.

Os primeiros anos da vida constituem-se como uma janela de oportunidades para a saúde, o aprendizado, o desenvolvimento e o bem-estar social e emocional das crianças. As experiências de cuidado e aprendizagem vivenciadas nesse período são capazes de influenciar todas as demais etapas da vida. Portanto, é fundamental que as crianças cresçam em ambientes capazes de proporcionar seu desenvolvimento integral, por meio de cuidados parentais positivos, redes comunitárias de apoio e serviços qualificados.

Contextos de emergência costumam expor as crianças a situações de violência e negligência, exigindo que prevaleçam medidas que reconheçam sua prioridade absoluta, forneçam suporte às suas famílias e cuidadores e acolham as necessidades específicas deste período da vida.

Considerando o objetivo de promover um cuidado integrado e integral, orienta-se a utilização do [Modelo de Atenção e Cuidado Integral](#) (Nurturing Care Framework) desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), UNICEF e Banco Mundial (BM).



De acordo com esse modelo, as crianças precisam de cinco componentes inter-relacionados e indivisíveis de cuidado: segurança e proteção, boa saúde, nutrição adequada, cuidados responsivos e oportunidades de aprendizado.

Os cuidados integrais referem-se às condições criadas que permitem às comunidades e cuidadores garantirem a boa saúde e nutrição das crianças bem como protegê-las de violências e ameaças. Neste documento, serão orientadas medidas que contribuem para fortalecer estas condições em alojamentos temporários e centros humanitários, através da implementação de espaços estruturados e considerados os seguintes princípios:

-  a criança como prioridade absoluta e sujeito de direitos;
-  a criança como responsabilidade da família, da comunidade e do estado;
-  o melhor interesse da criança, assegurando que o bem maior da criança oriente toda a ação;
-  o direito ao brincar;
-  a diversidade das infâncias incluindo crianças com deficiências, a não discriminação e o antirracismo;
-  a equidade de gênero e;
-  a participação social, incluindo a participação das próprias crianças para expressar suas opiniões e participar das decisões que lhe dizem respeito.

Contato inicial com os alojamentos temporários, centros humanitários, crianças e suas famílias



A organização inicial dos espaços deve contar com algumas medidas:

a) No caso de alojamentos temporários já constituídos:

- Dialogar com a coordenação do abrigo sobre os objetivos da proposta e formas de desenvolvê-la.
- Considerar a existência de espaços e rotinas de cuidados e brincadeiras já estabelecidas, de forma a somar-se aos esforços empreendidos. Dialogar com as pessoas que estão atuando com esse propósito é fundamental, assim como reconhecer os recursos existentes.

b) Em todos as situações:

- Conhecer os responsáveis pela saúde, assistência social, proteção e educação no alojamento, centro humanitário e território onde está localizado, de forma a encaminhar as demandas identificadas.
- Conversar com as famílias, cuidadores e crianças para conhecer suas necessidades e interesses. Também é importante reconhecer sua cultura e experiências, de forma a promover experiências de cuidado e brincadeiras sensíveis à diversidade da população. A [Cartilha de Orientações sobre a Escuta Infantil](#) fornece ideias para estratégias de escuta infantil, onde elas poderão expressar seus interesses e participar ativamente da organização do espaço.
- Destinar equipes com perfil e formação adequadas para atuação com crianças e famílias que tiveram sua rotina e vidas afetadas de modo extensivo. Considerando a importância da construção de vínculos de confiança, é importante evitar a rotatividade das equipes.
- Fomentar a comunicação transparente e sensível com a população afetada, garantindo oportunidades de escuta e participação, como rodas de conversa e caixas para depositarem sugestões, por exemplo.
- Manter-se informado sobre rotinas interrompidas ou que estejam sendo retomadas, como a frequência na escola, consultas de saúde e outras.

Oportunidades de aprendizagem



Organização do espaço físico e de rotinas para o brincar

As crianças possuem alta motivação para brincar, sobretudo quando se sentem seguras no contexto em que se encontram. Embora elas possam brincar em muitos lugares, é fundamental que se organizem espaços específicos, que garantam uma experiência de brincar protegida e enriquecida. Destaca-se que brincar é um fator de resiliência em momentos difíceis, pois favorece à criança a elaboração e expressão de suas emoções e sentimentos, amplia e diversifica seu repertório cultural, desenvolve a imaginação e criatividade e oportuniza experiências corporais, sensoriais e sociais.

O espaço e as oportunidades para o brincar devem promover acolhimento, relaxamento, descanso, tranquilidade, privacidade, segurança, diversão e vivências artístico-culturais. É importante que estimulem interações entre pares, compartilhamento de experiências, apoio fraterno, exercício da empatia, confiança, diálogo e elaboração da experiência individual e coletiva. Destaca-se que as atividades desenvolvidas nestes ambientes não substituem a Educação Infantil.

Algumas medidas concorrem para esse objetivo:

- Setorizar o espaço para o brincar em um local que oportunize convivência segura, privacidade, diversão, expressão e a livre exploração pelas crianças e familiares.
- Localizá-lo próximo de banheiros dedicados às crianças e disponibilizar pontos para a lavagem das mãos.
- Possibilitar às crianças que se mantenham próximas de suas famílias e responsáveis. Convidar os familiares para brincar junto é uma ótima iniciativa e fortalece os vínculos familiares. Eles também podem contribuir na mediação das brincadeiras.
- Cada faixa etária tem uma forma diferente de interagir, brincar, aprender e se expressar. Portanto, é importante prever um ambiente capaz de acolher as especificidades de bebês, crianças até 6 anos de idade e crianças menores de 12 anos. A escolha de brincadeiras e materiais deve considerar aspectos próprios de cada faixa etária.
- A organização do ambiente e a escolha das brincadeiras e materiais também deve ser sensível às necessidades de pessoas com deficiência.

- As especificidades culturais e os interesses das famílias e crianças também devem ser acolhidos.
- Estabelecer rotinas diárias, com atividades fixas - que se repetem ao longo dos dias - favorece o sentimento de segurança. A previsibilidade proporcionada pela rotina permite que as crianças se concentrem melhor, pois sabem o que esperar em cada momento do dia. Isso cria um ambiente propício para a aquisição de novos conhecimentos e habilidades. O [Kit de Desenvolvimento da Primeira Infância: Guia de Atividades da Rede Interinstitucional para a Educação em Emergências \(INEE\)](#) fornece ideias de atividades para os espaços.
- Proporcionar brincadeiras que despertem a concentração, a expressão corporal e a expressão artística da criança e que tenham começo, meio e fim, respeitando o ritmo de cada uma.
- Promover o brincar livre, onde as crianças possam expressar sentimentos e emoções. Os adultos devem permanecer disponíveis para a escuta das crianças, assumindo uma postura de acolhimento, evitando o excesso de perguntas ou de falas que se antecipam às necessidades manifestadas pelas crianças.
- Proporcionar experiências de brincar específicas para os bebês e suas famílias. A Cartilha [Pontos-chave para o cuidado aos bebês e suas famílias nos abrigos temporários](#) fornece ideias para o cuidado com esse público.
- Favorecer o brincar em espaços abertos, ao ar livre e em contato com a natureza. Espaços abertos e seguros possibilitam à criança o contato com elementos da natureza (sol, árvores, terra/areia, grama) o que traz benefícios para a saúde emocional dos bebês, crianças e adultos.
- Proporcionar atividades esportivas e jogos colaborativos, onde as crianças possam se divertir trabalhando em equipe, aprendendo a confiar no próximo e aprimorando habilidades de coordenação, equilíbrio, agilidade, por exemplo.
- Brinquedotecas e espaços para a leitura são bem-vindos, contudo é importante organizar os recursos de acordo com as faixas-etárias assistidas e evitar o excesso de estímulos e brinquedos nos espaços. A publicação [20 brincadeiras que necessitam de pouco ou nenhum recurso](#) fornece ideias para esse propósito para crianças maiores de 3 anos.

- Importante também organizar os brinquedos a partir de uma lógica que seja compreensível pelas crianças e adultos, de modo que todos possam colaborar em sua organização rotineira. Caixas organizadoras, estantes ou cestos identificados podem ajudar nesse sentido.
- Para além dos brinquedos de uso coletivo, cada alojamento pode definir uma dinâmica que possibilite a distribuição de brinquedos individuais e coletivos. Nesse processo, garantir que as crianças escolham por si próprias quais brinquedos querem tomar como seus é fundamental, mesmo que a quantidade seja pré-definida.
- Bebês e crianças necessitam repousar. Portanto, é importante prever espaços com colchões, almofadas e berços.
- Evitar o uso de telas pelas crianças sempre que possível. A orientação oficial da Sociedade Brasileira de Pediatria sobre o “tempo de tela” é: para crianças menores de dois anos, a recomendação é evitar por completo a exposição a telas. Já crianças com idades entre dois e cinco anos, a indicação é limitar o tempo de telas ao máximo de uma hora por dia. Entre seis e dez anos, o tempo aumenta para duas horas diárias. Para os maiores, a orientação é de três horas por dia. Esses períodos diários sempre devem ser acompanhados por um adulto.
- Construir regras de convivência que zelem pela gentileza, a cooperação e o respeito pelo espaço e pelas pessoas presentes e onde não sejam aceitas punições, agressões físicas, verbais ou outras violências. O informativo [Subsídios para apoio à construção de regras de convivência nos alojamentos provisórios](#) reúne sugestões para a construção das regras de convivência nos Alojamentos Provisórios.

No Rio Grande do Sul, em parceria com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, a Secretaria Estadual de Saúde, o Ministério de Desenvolvimento Social, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, e a Defesa Civil Nacional, o UNICEF implementa os “Espaços da Gurizada” que também fazem parte da estratégia para criar espaços saudáveis, seguros e amigáveis para crianças e adolescentes em alojamentos temporários. Os “Espaços da Gurizada” são locais seguros e acolhedores, em que profissionais capacitados trabalham com as crianças, ajudando a reduzir o sofrimento desse momento, por meio de atividades educativas e recreativas, e estando atentos para a proteção delas contra possíveis violências.

Responsáveis pela mediação das brincadeiras

Os espaços precisam contar com pessoas responsáveis por mediar as brincadeiras e interações. Os mediadores podem ser voluntários, trabalhadores que atuam nos abrigos e espaços humanitários, familiares ou responsáveis pelas crianças ou profissionais contratados para este fim. É importante que os mediadores sejam apoiados por profissionais da educação, saúde, assistência social e cultura da rede de serviços local, responsáveis pela atenção à população acolhida.

Quando possível, é importante priorizar pessoas com experiência prévia no cuidado, educação e proteção das crianças. Capacitar e apoiar a atuação dos mediadores é fundamental para que possam desenvolver suas atribuições, tais como:

-  Acolher as crianças e famílias, escutá-las para conhecê-las e para identificar seus interesses e do que elas gostam de brincar.
-  Organizar a rotina diária de atividades lúdicas e os recursos disponíveis no espaço para o brincar.
-  Sugerir brincadeiras, observar as crianças brincarem e brincar junto, quando necessário.
-  Mediar a relação entre as crianças, inclusive conflitos que possam surgir.
-  Proporcionar que famílias e cuidadores participem das atividades.
-  Dialogar com os serviços da rede, respeitando os fluxos estabelecidos no alojamento ou centro humanitário, para encaminhamento de demandas identificadas no convívio com as famílias e crianças.
-  Zelar pela realização das orientações presentes neste documento.

Apoio para garantir o direito ao acesso à escola

A educação infantil é uma importante etapa da formação das crianças e um direito de todas elas. Portanto, na medida em que as creches e pré-escolas retomarem seu funcionamento, é importante apoiar o acesso das crianças acolhidas.

- Realizar busca ativa para identificar as crianças que frequentavam e aquelas que ainda não frequentavam a escola antes do início das enchentes. Isso ajudará a ter uma dimensão da necessidade de acesso à escola das crianças acolhidas.
- Identificar se as escolas de educação infantil onde as crianças estavam matriculadas retomaram suas atividades e apoiar iniciativas que favoreçam à criança retomar sua rotina escolar.
- Verificar junto à rede de serviços da educação qual a disponibilidade de vagas para a creche e pré-escola no território para possíveis articulações.
- Conversar com as famílias sobre a importância de restabelecer e fortalecer os vínculos com creches e pré-escolas, garantindo a permanência e a continuidade do aprendizado.
- Informar os casos de evasão ou infrequência e os possíveis impedimentos ou demandas identificadas aos familiares e à rede de educação para o acompanhamento individual e os encaminhamentos necessários.
- Adotar abordagens intersetoriais, com profissionais da educação, da assistência e da saúde, desde a identificação dos motivos do afastamento até a fase de apoio na reintegração e adaptação nas atividades regulares.

Cuidados responsivos: apoio e participação das famílias e cuidadores



Os espaços também devem reconhecer e valorizar a importância dos cuidados parentais, desenvolvendo ações que fortaleçam os vínculos familiares e promovam a interação entre as crianças e suas famílias. Escutar as famílias, convidá-las a participar das atividades, a avaliar o trabalho desenvolvido e a se responsabilizar pela organização do espaço e das rotinas é uma ação importante. Estimular os familiares a brincar junto, por exemplo, é uma ótima iniciativa - eles também podem contribuir na mediação das brincadeiras. O espaço deve proporcionar a proximidade entre as crianças, suas famílias e responsáveis, também como forma de proteção e segurança.

Recomenda-se realizar reuniões, rodas de conversa, oficinas e outras oportunidades de participação. Além do diálogo sobre o cotidiano do espaço, pode-se promover momentos para conversar sobre direitos sexuais e reprodutivos, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, cuidados com a gestação, desenvolvimento infantil, acesso à rede de serviços, entre outros assuntos de interesse das famílias. Nestes momentos é importante contar com o apoio de profissionais da rede de serviços.

Destaca-se que, no contexto de abrigamento e acolhimento temporários, o cuidado com as crianças torna-se desafiador para as famílias afetadas - o que não significa ausência de preocupação e afeto. Na verdade, as famílias estão sobrecarregadas pelas circunstâncias: perda de bens, insegurança com relação ao futuro, mudanças drásticas na rotina, permanência em um lugar que não foi sua escolha, exigências de convivência com pessoas estranhas, limpeza das casas, busca por documentos, acesso a serviços, entre outras demandas. Além disso, deve-se considerar a sobrecarga de cuidado que as mulheres comumente assumem com as crianças e outras pessoas. Portanto, o convite para as famílias participarem do espaço deve ocorrer com respeito e empatia e sem julgamentos e exigências.

Pode ser difícil para as famílias, por exemplo, compreenderem e darem suporte às manifestações comportamentais das crianças, pois elas também se encontram em sofrimento e precisam ser cuidadas. Nesse sentido, profissionais e redes de apoio devem fornecer o suporte necessário às famílias e trabalharem juntos com elas no cuidado com as crianças. Nos municípios que contam com equipes do Primeira Infância Melhor e Criança Feliz, pode-se mobilizar as equipes para esse apoio, conforme descrito na [Nota Informativa DAPPS/DPI nº 01/2024](#).

Proteção e segurança



Medidas de segurança

- Identificar as crianças com crachás onde conste seu nome e o nome do responsável. Caso a família possua telefone celular, é possível anotar o número na parte de trás do crachá.
- Identificá-las com pulseiras, de preferência coloridas, para que se destaquem em meio às demais pessoas.
- Cadastrar as pessoas que atuarão no espaço destinado às crianças e identificá-las com crachás.
- Organizar uma escala de atuação por turno das pessoas destacadas para atuar no espaço. Se possível, fomentar a continuidade das mesmas pessoas interagindo com as crianças, o que favorece o sentimento de segurança.
- De acordo com as possibilidades, restringir a circulação de pessoas, permitindo somente às crianças, seus familiares e responsáveis, mediadores do brincar e profissionais que atuam no local.
- Organizar o espaço destinado às crianças em um local de pouca circulação e longe da entrada, quando possível. Isso poderá evitar que as crianças fiquem expostas a pessoas estranhas ao seu cotidiano.
- Sempre que a criança precisar se ausentar para ir ao banheiro, se alimentar ou outra necessidade, deve-se priorizar que a família assuma seus cuidados nesses momentos e esteja ciente de seu deslocamento.
- Evitar expor a imagem de crianças, adolescentes e famílias afetadas pelas enchentes. As crianças e adolescentes têm direito à privacidade, à intimidade e à proteção. Vídeos e fotos que identifiquem crianças e adolescentes durante a situação de calamidade afetam sua dignidade. É importante também instruir os familiares sobre o compartilhamento excessivo de imagens e vídeos. Para saber mais, acesse o [link](#).

Prevenção de acidentes

- A escolha dos objetos e brinquedos deve proteger as crianças de acidentes, como sufocamento (engasgo), cortes e quedas, dentre outros, respeitando as especificidades de sua faixa etária.
- Cuidar para que os rostos dos bebês não sejam encobertos por lençóis e cobertores.
- Evitar o contato da criança com peças e/ou objetos pequenos que possam ser engolidos ou colocados no nariz e ouvidos.
- Nunca deixar próximo da criança sacos plásticos, cordões e fios.
- Nunca usar talco e/ou outros produtos em pó na criança.
- Não deixar a criança desacompanhada, tanto nos momentos de repouso, quanto durante as brincadeiras.
- Se necessário, colocar obstáculos para que a criança não acesse locais que apresentam risco, como janelas e escadas.
- Manter produtos de limpeza e medicamentos fora do alcance das crianças.
- Atenção com aquecedores, tomadas e fios elétricos soltos e ao alcance da criança.

Prevenção e enfrentamento às violências

A violência é um fenômeno multicausal de impacto social, educacional e de saúde e tem aumento na medida que se acentuam os problemas oriundos das desigualdades sociais, como falta de acesso aos direitos básicos e de condições dignas para sobrevivência. Aqui, se inclui as famílias com crianças desalojadas em decorrência de situações de emergência e desastre natural. Políticas públicas, gestores, famílias e profissionais da rede de proteção precisam enfrentar, discutir e executar estratégias e ações que previnam a exposição dessas crianças às situações de violências, bem como ações para mitigar as violências já infligidas sobre as crianças.

Durante as brincadeiras, as crianças podem expressar seus sentimentos e experiências de maneiras que não são tão evidentes em outras situações. É possível que, através do brincar, uma criança sinalize ou relate alguma situação de violência, incluindo abuso e violência sexual. O brincar oferece um ambiente seguro onde a criança pode se sentir mais à vontade para verbalizar diretamente ou indiretamente o que vem acontecendo. Por exemplo, elas podem mencionar situações de violência enquanto interagem com brinquedos ou colegas. Em outros casos, podem utilizar o jogo simbólico para reproduzir situações de violência que presenciaram ou sofreram, usando bonecos, desenhos ou outros objetos.

O comportamento da criança durante as brincadeiras também podem revelar possíveis situações de violências. Mudanças repentinas como agressividade excessiva, recolhimento, medo durante certas atividades ou quando mencionam certas pessoas podem ser indicadores de que algo está acontecendo.

A atenção aos sinais é crucial, pois a criança pode não saber outra forma de comunicar seu sofrimento:

- Observar atentamente e considerar o contexto, pois os sinais podem variar de acordo com a idade e a personalidade da criança.
- Garantir um monitoramento contínuo, com olhar atento e escuta sensível por profissionais e voluntários para promover a segurança, prevenir abusos, identificar possíveis situações de violência e realizar os encaminhamentos necessários para a proteção de crianças em contexto de abrigo temporário.

Procedimentos diante de relato espontâneo de violência contra crianças

- Se o relato for realizado a um voluntário que não atue nas áreas de saúde ou assistência social, a situação deve ser encaminhada para os profissionais responsáveis no abrigo temporário ou espaço humanitário de acolhimento, sempre de forma a evitar a revitimização da criança. Os profissionais devem entrar em contato com o Conselho Tutelar mais próximo ou, após as 18h, utilizar o Plantão de Atendimento do Conselho Tutelar.
- Em caso de um relato espontâneo de uma situação de violência contra crianças, a escuta deve centrar-se no relato da situação. Ouvir atentamente e falar de maneira acessível, clara e empática, sem interromper o relato livre da criança. Utilizar metodologias que privilegiam diferentes formas de comunicação, considerando que crianças possuem maneiras próprias de se expressar.
- O principal objetivo é garantir o acesso aos cuidados e aos direitos, por isso o atendimento protetivo possui caráter de acolhida e deve focar na escuta, sem fins investigativos ou de produção de provas, que é um processo posterior e de competência das autoridades policiais e judiciárias.
- Limitar as perguntas à coleta de dados gerais e a descrição do relato ao estritamente necessário para o cumprimento da finalidade de proteção da criança. Perguntar se é a primeira vez que a criança busca ajuda para evitar repetições desnecessárias.
- Evitar comentários ou perguntas que possam culpá-las ou justificar a violência. Não impor questões pessoais, inclusive religiosas ou espirituais. A escuta deve ser realizada sem moralismos ou discriminação, seja de gênero, de etnia, de raça/cor, classe, orientação sexual, identidade de gênero, entre outras. O objetivo é viabilizar o acompanhamento da vítima e suas demandas junto a rede de proteção, visando a superação das consequências da violência sofrida.
- Eventos traumáticos podem levar a relatos confusos ou desorientados. Ajudar a criança a focar no presente com paciência e cuidado. Não fazer perguntas indutivas sobre a situação de violência para garantir que ela possa se expressar de forma livre. Prestar atenção plena ao relato, utilizando gestos que demonstrem escuta ativa, pois a percepção de que

está recebendo a devida atenção torna o ambiente mais confortável. Respeite também o desejo de silêncio da criança, caso ela queira se manter em silêncio.

- Realizar o atendimento em um local acessível, reservado e utilizar um tom de voz discreto. É fundamental que seja assegurada a privacidade da pessoa que relata/denúncia, mas não deve ser prometido sigilo absoluto, pois será necessário realizar os devidos encaminhamentos junto a rede de proteção.
- Informar a criança sobre os encaminhamentos que serão realizados de forma compatível com seu desenvolvimento. Em caso de crianças de outras nacionalidades, é importante a busca de uma pessoa que possa traduzir o relato e as orientações. Respeitar as identidades culturais de crianças de comunidades tradicionais e em caso de crianças com deficiência, procure canais de comunicação adequados.
- Explicar à criança que será necessário conversar com outras pessoas para protegê-la. Antes de entrar em contato com a família, pergunte para a criança quais pessoas que ela confia. A busca de informações deve ser feita de modo a recolher o máximo de informações com a família e com a rede de proteção.
- Outro ponto fundamental é agradecer pela confiança, pois mostra respeito e reforça a importância da pessoa acolhida. Afirmar que a vítima não tem culpa pela violência sofrida e reforçar sua autonomia, combatendo sensações de incapacidade e desesperança. Disponibilizar-se para novas conversas sempre que a criança desejar.
- É importante não fazer promessas que não podem ser cumpridas para não criar expectativas na criança.
- Informações sensíveis sobre a situação de violência não devem ser compartilhadas indiscriminadamente com outras pessoas, apenas o que for necessário para a proteção da criança e encaminhamento para a rede de proteção, para evitar comentários desnecessários e estigmas.
- Se houver sinais evidentes de violência, risco de integridade física, destruição de provas ou flagrante, as informações devem ser encaminhadas imediatamente aos órgãos de segurança pública, acionando a Polícia Militar pelo telefone 190. Em casos de violência sexual

ocorridos nas últimas 72 horas, a vítima deve ser encaminhada para tratamento profilático na rede de saúde local.

- Para conhecer mais sobre a prevenção e o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes em abrigos temporários, acesse o [link](#).

Canais de Denúncia de violência contra crianças:

- **Disque 100 ou WhatsApp (61) 99611-0100:** violência sexual ou qualquer outra forma de violência.
- **Disque 180, WhatsApp (61) 96100-180:** violência contra mulheres e meninas.
- **Brigada Militar 190:** quando a violência está ocorrendo no momento.
- **Polícia Civil 197, WhatsApp (51) 984440606:** denúncias.
- **Polícia Rodoviária Federal 191:** denúncias em rodovias federais.

Promoção da saúde, alimentação e nutrição



A promoção da saúde integral da criança depende de uma série de medidas que contemplam a atenção à gestação, ao parto e ao nascimento, à saúde da puérpera e do recém-nascido, à promoção do aleitamento materno, o acesso a uma alimentação em quantidade e qualidade adequadas, à vigilância do crescimento e desenvolvimento, entre outras. A [Caderneta da Criança](#) é uma importante fonte de informações que pode ser acessada por profissionais, cuidadores e familiares.

No contexto dos alojamentos temporários e centros humanizados de acolhimento, estes cuidados demandam respostas adaptadas às circunstâncias da crise, exigindo o estabelecimento de estratégias e fluxos extraordinários na rede de atenção à saúde que favoreçam a atenção prioritária a gestantes, puérperas, recém-nascidos e crianças. Destaca-se que os cuidados em saúde devem ocorrer em articulação com os serviços locais, favorecendo o vínculo entre usuário e serviço e a continuidade das ações de cuidado.

A seguir estão elencadas algumas medidas que contribuem para a promoção da saúde da criança.

Alimentação e nutrição

O acesso a uma alimentação saudável, em quantidade e qualidade adequadas, garante os nutrientes necessários para que a criança cresça e se desenvolva plenamente e com menor risco de adoecer. Além disso, o início da vida é o período de formação dos hábitos alimentares, portanto, ter uma alimentação saudável nesse momento aumenta a chance de uma alimentação saudável na vida adulta.

- Apoiar, proteger e promover o aleitamento materno e a oferta de alimentos seguros e saudáveis. A amamentação exclusiva até os seis meses evita doenças, além de manter o bebê bem alimentado. Inclusive para crianças com mais de 2 anos, em situações de calamidade, o leite materno é uma fonte de nutrição importante e segura. Para conhecer mais sobre os cuidados com o aleitamento materno, acesse o [link](#). e sobre os cuidados com a amamentação e a alimentação complementar acesse o [link](#).
- Dispor de um espaço exclusivo, tranquilo e confortável para a amamentação, que permita a adequada acomodação da nutriz, proteja-a de interrupções e interferências externas e forneça privacidade, podendo ser separado por divisórias ou cortinas.

- Evitar a oferta de alimentos com açúcar e/ou industrializados, como biscoitos, salgadinhos e macarrão instantâneo. Para saber mais sobre a alimentação das crianças maiores de 6 meses acesse o [link](#).
- Para as crianças menores de dois anos, o cuidado com a alimentação deve ser ainda maior - recomenda-se as orientações do [Guia Alimentar para Crianças Brasileiras](#).
- Consultar os responsáveis sobre a oferta de alimentos antes de disponibilizar às crianças, respeitando a cultura e os hábitos alimentares da criança e da família.
- Promover a lista de alimentos prioritários para doação em alojamentos temporários, com base no [Decreto nº 11.936, de 5 de março de 2024](#), que define os parâmetros da composição da cesta básica.
- As doações de fórmulas infantis e leite em pó devem ser realizadas para crianças desde que os profissionais de saúde, em especial nutricionista e/ou médico, tenham avaliado e indicado a necessidade.
- Estabelecer horários de lanches saudáveis para as crianças.
- Promover e orientar a nutrição e alimentação saudável para mulheres grávidas e puérperas.
- Promover práticas de higiene que minimizem as infecções, como a lavagem adequada das mãos antes e depois das refeições e a higienização dos utensílios (pratos, talheres, copos, mamadeiras, entre outros).

Prevenção em saúde

- Apoiar e endossar iniciativas desenvolvidas pelas equipes de saúde do território, e articular ações de atenção à gestante, puérpera e crianças.
- Apoiar a rede de saúde na busca ativa, na orientação e no encaminhamento para a rede de serviços das gestantes, puérperas e crianças que necessitam de acesso à exames e/ou tratamento para problemas de saúde.
- Apoiar a realização de busca ativa de crianças que estão com atraso vacinal

A imunização para a COVID-19, a influenza e os demais imunobiológicos do calendário vacinal, como a vacina contra o tétano e a poliomielite, são fundamentais para a proteção e saúde das crianças, em especial no inverno, quando aumentam casos de síndrome respiratória aguda grave.

- Promover hábitos de higiene, como a lavagem das mãos e o uso de álcool gel.
- Promover rodas de conversa com adultos cuidadores sobre as atividades relacionadas à higiene corporal, saúde bucal, bem como a higienização dos utensílios (pratos, talheres, copos, mamadeiras, entre outros), de modo a minimizar as infecções e outros agravos na saúde.
- As crianças podem estar expostas a acidentes por animais peçonhentos, leptospirose, sarna, piolho, dentre outras doenças e agravos em virtude do contato com as águas das enchentes e pela aglomeração de pessoas. Dialogar com a família e equipe de saúde sempre que perceber que a criança apresenta lesões na pele, refere dor, está febril, com coceira na cabeça. Para conhecer sobre como se proteger da leptospirose, acesse o [link](#). Para conhecer mais sobre a prevenção de acidentes por animais peçonhentos, acesse o [link](#).

Saúde Emocional

- É comum que as crianças afetadas por situações de emergência sintam tristeza, ansiedade e medo de ficar longe da família, tenham pesadelos ou sono agitado, apresentem choro excessivo, birras, irritação, alterações na rotina alimentar (não querem comer ou comem mais do que estão habituadas) e fiquem caladas. São comportamentos que resultam dos acontecimentos traumáticos que estão experimentando.
- Os adultos devem acolher esses comportamentos com amorosidade e paciência. É fundamental conversar com as crianças de forma honesta e sensível sobre o que está acontecendo, de modo a possibilitar que elas expressem o que sentem, especialmente por meio do brincar, de desenhos e de pinturas.
- Por meio das brincadeiras as crianças podem demonstrar como tem vivenciado a situação. Evite antecipar interpretações de como ela “pode” estar se sentindo. Permita que ela conte sua experiência com suas palavras e outras formas de expressão.

- Utilizar uma linguagem simples, olhar nos olhos e nomear os acontecimentos as ajudam a entender a experiência que a família, os vizinhos e a comunidade estão vivendo. Esse diálogo favorece que a criança aprenda, aos poucos, a lidar com os sentimentos e emoções decorrentes da situação. Na [Cartilha Atenção à Saúde Emocional de Crianças Atingidas por Enchentes](#) é possível conhecer mais sobre os comportamentos infantis nestes contextos e acessar orientações sobre como dialogar com as crianças e apoiar suas famílias.

MATERIAIS E BRINQUEDOS PARA COMPOR OS ESPAÇOS SEGUROS



Materiais lúdicos e didáticos

Na organização do espaço, será necessário prever materiais lúdicos e didáticos. A seguir estão as recomendações de materiais propostos pela Rede Estadual pela Primeira Infância, organizados por faixa etária e, na sequência, os materiais recomendados pelo UNICEF, a partir do Kit Brincar a Aprender.

Recomendações da Rede Estadual pela Primeira Infância:

Materiais para os bebês

- Bichinhos de borracha, mordedores, bolas de tecido ou borracha, argolas de plásticos e de madeira, chocalhos;
- Tecidos coloridos, maleáveis e transparentes (vários tamanhos e cores);
- Caixas de papelão de diferentes tamanhos;
- Bacias de diferentes tamanhos;
- Esponjas de louça convencionais, bucha natural;
- Livros de plásticos ou duros;
- Tatame de borracha.

Materiais para as crianças pequenas (até 6 anos)

- Carrinhos pequenos;
- Bonecos e bonecas de diferentes tons de pele;
- Potes, bacias, panelas, colheres de pau (podem ser reais, novas ou que não são mais usadas.);
- Papel pardo (rolos);
- Folhas de ofício;
- Giz de cera (jumbo e normal);
- Massa de modelar;
- Livros de literatura infantil;
- Quebra-cabeças de 2, 4, 8, 10 ou mais peças;
- Jogo da memória;
- Dominó;
- Tapetes redondos (qualquer material, para contação história);
- Fantoques;
- Corda de pular.

Materiais para crianças maiores de 6 anos (os materiais anteriores também servem para esses)

- Jogos de dama, xadrez;
- Livros de literatura para as infâncias e juventudes;
- Jogos de cartas;
- Caixas de som para escuta de histórias e brincadeiras com músicas (com cuidado para não atrapalhar as demais atividades do espaço e do alojamento)¹

Recomendações do UNICEF:

ITEM	QUANTIDADE
Quadro branco	1
Kit com 3 marcadores, para quadro branco	2
Calendário Infantil	1
Relógio madeira	1
Tangram madeira	1
Jogo formas geométricas	1
Brinquedo aramado	1
Torre de equilíbrio	1
Jogo da velha	1
Jogo do alfabeto	1
Jogo de números	1
Blocos de montagem	1
Jogo ludo	1
Kit de instrumentos musicais	1
Minibola	2
Bola de futebol	2
Bola de vôlei	1
Bola de basquete	1
Kit para encher bolas	1
Apito	1
Peteca	2
Jogos de 10 Coletes em 2 cores	2
Corda longa para recreação coletiva	1
Kits de frescobol	2
Boliche plástico	1
Mini traves de futebol	1
Rede para vôlei e peteca	1
Cesta para basquete	1
Caixinha som bluetooth	1

¹Recomenda-se a série do UNICEF “Deixa que eu Conto”: Podcasts com histórias e brincadeiras para crianças de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.

Mobiliário e materiais para compor o espaço de amamentação

- Cadeira ou poltronas impermeáveis, confortáveis para amamentação com apoio para os pés;
- Mesa lateral com jarra para água;
- Bancada longa com trocador de bebê;
- Fácil acesso de tomadas elétricas.
- Biombos ou outra estrutura que separe o espaço e traga privacidade e segurança para a nutriz;
- Pia com sabão e toalhas de papel;
- Álcool gel para limpar a superfície plana;
- Microondas;
- Pequeno refrigerador para armazenar leite materno;
- Lixeira com tampa para descarte de fraldas usadas;
- Bomba elétrica para extração de leite materno. No caso da utilização de bombas de extração de leite, todos os acopladores e recipientes de armazenamento de leite devem estar devidamente higienizados. O processamento das bombas e seus acopladores devem seguir também as orientações do fabricante.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE